



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA
DISCUTIR SOBRE A ROTA TURÍSTICA DO CAMINHO DE PEABIRU, REALIZADA
NO DIA 20 DE MAIO DE 2024, ÀS 18H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO
STUART WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE DA ALESC**

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite. Sejam bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), através da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado, que tem por objetivo compreender as dimensões historiográficas e simbólicas do Caminho do Peabiru, principalmente a partir do debate da Lei nº 18.635/2023, que instituiu a Rota Turística do Caminho do Peabiru em Santa Catarina, proporcionando um olhar sobre as evidências científicas que fundamentam a inclusão de Municípios e regiões no roteiro.

Com abrangência nas regiões turísticas do Vale dos Encantos, do Caminho dos Príncipes e da Grande Florianópolis, esta audiência tem como tema suas origens e o uso ancestral intimamente ligados ao povo guarani.

O Caminho do Peabiru atravessou séculos atraindo os interesses de expedicionários, aventureiros e pesquisadores e atualmente esse sistema viário pré-colombiano configura-se como um inestimável tesouro histórico para a cultura, a educação e o turismo.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito); a senhora arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Ágatha Idalgo Bender Ludwig; a senhora cacica da aldeia Yaka-Porã, Eliara Antunes; a senhora jornalista e escritora, pesquisadora do Caminho do Peabiru há 29 anos e autora de 5 livros sobre o tema, Rosana Bond; a senhora gestora Cultural do Instituto Catarina Brasilis, Roseli Siewert, neste ato representando a senhora diretora da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (Amvali), Juliana Pereira Horongoso Demarchi; e o senhor doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade, Ricardo Tiburtius Logullo. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades e dos convidados que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor Secretário Municipal de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer de Corupá, Lorian Rogério Costa; senhor Secretário Municipal de Inovação, Comunicação e Turismo de Garuva, Gilsemar Mett; senhora articuladora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, Ingrid Sateré Mawé; senhora superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Santa Catarina, Regina Helena Meirelles Santiago; senhora diretora de Marketing e Inovação da Secretaria de Estado do Turismo (Setur), Dirlei Barbieri Rofner, neste ato representando o senhor Secretário Evandro Neiva Oliveira; senhor assistente de Comunicação da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida, Vítor Lauro Zanelatto; senhora coordenadora do GT História e Economia da Seção Estadual de Santa Catarina da Associação Nacional de História (Anpuh), Eliziane Gava; senhora diretora Financeira da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben/SC), enfermeira doutora Paula Bresolin; senhor



cientista social da Fundação Catarinense de Cultura, Emanuel de Souza Pereira; senhor Deputado Estadual no período de 2003 a 2007, Dionei Walter da Silva; e senhor assessor da Mandata Bem Viver, Antarki José.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Marcos José de Abreu (Marquito), proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.

Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado. Uma boa noite a todos e a todas. Eu vou aqui quebrar um pouco o protocolo de chamamento, porque eu acho que é importante nesta mesa nós termos também a presença, nem que seja apenas para uma fala, mas para estarem aqui contribuindo, da senhora Dirlei Barbieri Rofner, da nossa Secretaria de Turismo, representando aqui o Secretário Estadual de Turismo, pela importância institucional; do senhor Emanuel de Souza Pereira, que está aqui como cientista social da Fundação Catarinense de Cultura; e da senhora Rosângela Martins Carrara, que é coordenadora do Projeto de Integração Turística Caminhos do Peabiru, da região norte de Santa Catarina.

Sejam todas e todos muito bem-vindos. Agradecemos a presença dos Secretários da região norte do Estado, nós teremos a sessão itinerante da Assembleia Legislativa nos dias 4 e 5 de junho em Joinville, para atender às demandas de toda essa região. Quero aqui também fazer menção à presença da assessoria da bancada do PT, é uma alegria vocês também estarem aqui conosco.

Esta é uma audiência muito esperada, Rosana, nós estamos há algum tempo fazendo esse debate. Este é um momento muito auspicioso e muito importante para fazer essa discussão, porque nós estamos vivendo os quinhentos anos de Aleixo Garcia nesse processo. Então, acho que é importante enaltecer esse debate e, especialmente, ampliar essa discussão para todo o Estado de Santa Catarina, colocando no centro os povos indígenas e as comunidades tradicionais dessa região. E também falar um pouco desse processo de colonização e dos apagamentos históricos sobre a nossa própria história. Por isso nós iremos fazer esse debate.

Esse debate do Caminho do Peabiru é repleto de percepções sobre essa história: essa história contada, essa história vivida, essa história trocada. Nós estamos aqui, nesta mesa, com pessoas que dedicaram as suas vidas a estudar esse tema e a estudar a história desse tema. Assim, é um grande momento para a Assembleia Legislativa e nós vamos, certamente, fazer um importante debate.

Nós temos uma lei estadual já aprovada, temos um pedido da Amvali de inclusão de outros Municípios, a partir dessa lei já aprovada, e acho que essa é uma ação legislativa. Nós temos o desejo de enaltecer a presença de Aleixo Garcia e sua história de naufrágio e de vivência nessa região. Temos interesse em aprofundar a discussão e, principalmente, em enaltecer a história que é passada de geração em geração pelas populações indígenas, preservando essa memória.

Então, esse é o nosso objetivo, desejo que nós tenhamos um bom debate e certamente a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, a partir dessa discussão, também vai ajudar os outros Deputados e Deputadas da Casa a compreenderem melhor essa discussão.

Passo a palavra à senhora diretora de Marketing e Inovação da Secretaria de Estado do Turismo (Setur), Dirlei Barbieri Rofner, neste ato representando o senhor Secretário Evandro Neiva Oliveira.

A SRA. DIRLEI BARBIERI ROFNER – Boa noite a todos.

É sempre um prazer estar aqui. Obrigado, Marquito, pelo convite, é sempre bom porque nós sempre nos deparamos com carinhas conhecidas que já fazem parte do turismo, que já fazem parte desse projeto, que é nós trazermos tudo o que pudermos crescer para o turismo em Santa Catarina. Eu gosto muito do tema, quando você fala em resgate de história, que você vai valorizar e ter essa profundidade que aqui será falada.



Acho que nós realmente não podemos esquecer os nossos antepassados, não podemos esquecer a nossa cultura. Turismo e cultura, turismo e história têm que andar juntos porque, sim, é importante nós termos novos produtos, termos inovação dentro do turismo, mas nós também precisamos lembrar-nos dos nossos antepassados, da nossa cultura.

Então, eu quero me colocar à disposição como Secretaria de Turismo, que eu possa estar junto nesse projeto e que nós possamos trabalhar essas trilhas de longo percurso.

Eu estive no simpósio em Joinville no sábado, então também vi algumas carinhas que estavam lá no simpósio, e hoje estamos aqui falando do mesmo assunto. Então, é somente uma sequência daquilo que nós já conversamos e da importância de nós termos essas trilhas, ainda mais uma trilha que tem tanta história.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) - Muito obrigado, Dirlei, pela presença e também por nós estarmos aqui nesta Comissão, sempre construindo juntos e querendo avançar em relação ao turismo, ao meio ambiente e à cultura.

Vou passar agora a palavra ao Emanuel de Souza Pereira, da Fundação Catarinense de Cultura, para a sua saudação.

O SR. EMANUEL DE SOUZA PEREIRA – Agradeço ao Marquito pelo convite para estar na mesa, porque na verdade eu vim mais como “peabiruta” e declarei ali que eu sou da Fundação. Então, agradeço pelo convite.

Estou pesquisando bastante esse tema desde o ano passado, é um tema bem complexo, porque algumas coisas ainda são polêmicas e outras ainda são misteriosas. E eu espero que o evento de hoje possa esclarecer um pouco mais, porque isso é importante, nessa questão da lei que foi promulgada no ano passado, houve uma grande polêmica em torno dos Municípios que fariam parte ou não do Peabiru, e essa polêmica ainda precisa ser resolvida para que seja uma lei coerente com a verdade histórica. Nesse sentido, temos muitos pesquisadores que vêm tratando desse assunto, eu participei de um encontro em Barra Velha no ano passado e estavam também presentes muitos amigos “peabirutas”, como a Carol Borges, o pessoal que está produzindo conteúdo.

Espero poder colaborar com alguma coisa aqui, mas eu vim mais para assistir mesmo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Emanuel, certamente é importante a presença das duas instituições do governo do Estado.

Com a palavra a senhora arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/SC), Ágatha Idalgo Bender Ludwig, para colocar a visão do Iphan sobre o Caminho do Peabiru.

A SRA. ÁGATHA IDALGO BENDER LUDWIG – Boa noite.

Conversando com o Fernando e com a Rosana e tentando organizar aquilo que eu poderia contribuir a partir da mesa, me foi solicitado que reiterasse algumas manifestações do Iphan sobre o tema. Então eu consultei, obviamente, e ao longo da existência do Iphan houve algumas manifestações, principalmente relacionadas a Santa Catarina, apesar da pauta extrapolar a questão do Estado e o Iphan ser um órgão nacional.

Nesse sentido, eu fiz um texto, o qual eu peço licença para ler, sobre essas manifestações anteriores:

(Passa a ler.)

“Conforme a documentação apresentada, foram emitidas duas manifestações, uma do Iphan de Minas Gerais e outra do Iphan de Santa Catarina. Nesta Superintendência de Santa Catarina, em específico, no ano de 2008 foi recebida uma manifestação do Ministério Público Federal que questionava sobre um possível sítio arqueológico vinculado ao Caminho do Peabiru, no Município de São Bento do Sul,



considerando que uma matéria no noticiário local sugeria que vestígios arqueológicos poderiam ter pertencido aos incas.

Visando subsidiar a resposta ao MPF, foi realizada uma vistoria técnica pelo então arqueólogo do instituto, Edenir Bagio Perin no dia 27 de junho 2008, cujo objetivo era diagnosticar, identificar com clareza os vestígios arqueológicos ali encontrados. O proprietário do imóvel, na época, acompanhou o arqueólogo indicando que as informações da população local apontavam cinco sítios arqueológicos e uma série de artefatos em acervos particulares. Na localidade foi identificado um caminho que serpenteia as colinas locais e quatro sítios arqueológicos, sendo duas oficinas líticas, um sítio cerâmico de tradição tupi-guarani e um sítio lítico de tradição umbu. O parecer considera que é possível que o caminho tenha origem pré-histórica, contudo, considera que seu reuso em período histórico, por atividade de tropeirismo e de transporte de materiais, pode ter alterado e acentuado suas características.

As considerações finais ainda fazem referência à matéria que originou o processo, citando: 'como ocorriam constantes batalhas entre incas e índios que habitavam a região, esta pode ser a justificativa para os artefatos encontrados'. Sobre isso, o parecer ressalta que havia enfrentamentos entre grupos indígenas, porém não haveria evidência material da presença inca no Brasil, uma vez que os vestígios identificados seriam coerentes com a cultura material comum nos sítios meridionais brasileiros.

No processo ainda consta a manifestação técnica da analista pericial em arqueologia do próprio MPF, Sandra Nami Amenomori, que também realizou vistoria nos sítios, sendo coerente com o parecer técnico do Iphan. Não havendo constatado dano ao patrimônio cultural e considerando que os sítios arqueológicos já são de conhecimento do órgão competente, o MPF arquivou o processo.

Ainda destaquei que o sítio arqueológico Caminho Monte Crista, que constava na documentação, foi identificado num contexto de licenciamento ambiental e está cadastrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, que pode ser consultado pela Internet, lá tem os sítios georreferenciados de acesso público, bem como todos os processos no SEI. Então, o cadastro cita que se trata 'de um caminho de pedras assentadas que leva do Rio Três Barras até o alto do Monte Crista, com um desnível de aproximadamente 900 metros e uma extensão de 7 Km, serpenteando a formação denominada Monte Crista'. Isso é o que consta na ficha de cadastro do sítio arqueológico. [*Transcrição: Eduardo Adami / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Enfim, expresso o que me foi solicitado e adiciono que as pesquisas arqueológicas são autorizadas previamente pelo Iphan, mediante aprovação de um projeto científico que é analisado pelo corpo técnico, resultando, então, na publicação de uma portaria de autorização de pesquisa arqueológica. Destaco também que a retirada não autorizada de vestígios arqueológicos de sítios arqueológicos, sejam sítios cadastrados ou não no Instituto, é crime e pode resultar em perdas significativas de informações, porque trabalhamos com os contextos de sítios arqueológicos que extrapolam a própria materialidade dos objetos retirados, ou seja, nós trabalhamos com o contexto.

Dessa forma, ressalto que o Estado de Santa Catarina hoje tem mais de dois mil sítios arqueológicos cadastrados, entre a base do SICG e o CNSA. Assim, possivelmente há caminhos indígenas antiguíssimos dentro dos limites territoriais dos Municípios citados na referida lei e tantos outros.

Essas populações ancestrais diretas dos xokleng, dos guaranis e dos kaingangs, que hoje habitam o nosso Estado, detinham uma série de técnicas e conhecimentos ainda pouco conhecidos por nós. Estamos falando de técnicas super elaboradas para produzir instrumentos líticos e, posteriormente, vasilhames cerâmicos. Eles construíram sambaquis monumentais no litoral sul, fizeram inscrições rupestres ao longo de boa parte do litoral e criaram uma arquitetura de casas subterrâneas única na história do Brasil meridional.



Pesquisas revelam até que boa parte das araucárias que temos na região foi manejada intencionalmente pelos ancestrais dos kaingang e dos xoklengs há quase dois milênios. Eles tinham planos, rotas, fluxos complexos que só estamos conseguindo visualizar com o auxílio da ciência e dos conhecimentos que seus descendentes têm até hoje.”

Então, esse foi o texto que eu preparei para tentar contribuir com a discussão, considerando o cadastro de sítios nacionais que nós temos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Ágatha. Com a palavra a senhora cacica da aldeia Yaka-Porã, Eliara Antunes.

A SRA. CACICA ELIARA ANTUNES - Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, quero cumprimentar a mesa, a nossa mestra Rosana Bond, o Marquito e os demais presentes.

Quero dizer que eu me sinto muito honrada neste momento, eu recebi o convite para estar aqui participando da mesa com vocês e acredito, tenho absoluta certeza de que ninguém é melhor do que eu, como mulher indígena, guarani, para falar desse patrimônio histórico que nós temos aqui dentro do Estado de Santa Catarina e que atravessa o nosso país, que é o Caminho do Peabiru.

Irei falar como uma mulher guarani, eu não sou pesquisadora, mas sou uma descendente desses indígenas que frequentavam esse Caminho do Peabiru há muitos anos e é uma história viva que até hoje é contada e lembrada dentro das nossas escolas guarani, dentro das nossas casas de rezas, essa história é passada de geração em geração porque é o nosso caminho sagrado.

O Caminho do Peabiru para nós, os povos guarani, é um caminho sagrado onde os nossos antepassados faziam essa caminhada de troca de alimentos, de sementes, de raízes e que tinham uma conexão bem grande com o povo inca por acreditarem no mesmo Deus, que é o sol, que é o Yamandú, o Deus em que nós acreditamos. E nós seguimos essa caminhada sempre em busca de uma vida melhor, que nós acreditamos que é em busca da terra sem males.

Então, falar desse caminho que para nós, hoje, é um caminho sagrado, sempre fica aquela pergunta: tem pessoas que contam as nossas histórias, mas nós nunca fomos ouvidos, nunca tivemos a oportunidade de nós, povos indígenas, contarmos a nossa verdadeira história.

E quando temos esses parceiros, esses simpatizantes que se preocupam realmente em contar a verdadeira história, muitas vezes eles encontram muitas dificuldades no caminho. E se essas pessoas encontram dificuldades, imaginem nós, povos indígenas, quando queremos nos levantar para contar a nossa história, quantas dificuldades nós encontramos. E tem muitas pessoas querendo distorcer a história verdadeira do Caminho do Peabiru.

Para nós é muito importante, porque ele não é simplesmente um caminho, uma trilha, mas, sim, um caminho espiritual, tem muito a ver com a nossa espiritualidade e, com certeza, merece todo o respeito e todo esse momento para ser pensado e ser discutido com muita reverência, porque quando nós falamos da espiritualidade de um povo, nós falamos de espíritos de pessoas que já passaram por ali, falamos de pessoas que frequentaram esse caminho, de pessoas que já estão numa reencarnação novamente e que merecem esse respeito de ser trazida essa história, de ser revivida essa história novamente, mas com muita delicadeza e com muita reverência.

Então, agradeço muito pelo convite e quero dizer que estou aqui disponível para compartilhar e para ajudar. Agradeço também à Rosana Bond por essa caminhada, é uma grande parceira, já conheceu a minha família toda, conheceu meu pai, que já fez essa passagem em busca também desse caminho, do nosso Yvy Marã, que é a nossa terra sem males, sempre centrado dentro desse Caminho do Peabiru. Então, gratidão à Rosana e gratidão aos demais que estão aqui na mesa.

Muito obrigada (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Eliara, é muito importante a sua presença.

Com a palavra a senhora Rosana Bond, jornalista e escritora, pesquisadora do Caminho do Peabiru há 29 anos e que escreveu 5 livros sobre o tema.

A SRA. ROSANA BOND – Boa noite.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Esta é a minha pesquisa, da Rosana, com quase trinta anos e com cinco livros publicados, apresentando cerca de seiscentas fontes referindo o Caminho, direta ou indiretamente.

Mesmo com toda a bibliografia, com manuscritos dos anos 1500, atualmente existe, sim, *fake news* e negacionismo histórico, arqueológico e geográfico com características de ódio, de que o Peabiru não existiu e tampouco o seu trilhador pioneiro, Aleixo Garcia, que neste ano de 2024 perfaz 500 anos de sua expedição incaica com os guaranis.

E de onde vem esse negacionismo e esses ataques? O primeiro que eu identifiquei foi de um historiador paraguaio, anônimo, fazendo assédio contra Antonio Van Humbeeck, diretor da Rede Paraguaia de Trilhas, a Red Paraguaya de Senderos. Esse historiador anônimo paraguaio assediou esse pessoal da rede de trilhas dizendo que não existiu Peabiru ou que não existiu Aleixo Garcia.

O segundo negacionismo que identifiquei foi um porta-voz informal do agronegócio do Mato Grosso do Sul, M. Lorenzetto, Secretário de Estado e ex-Governador, fazendo assédio contra a celebração, em 2024, dos 500 anos da viagem de Aleixo Garcia e guaranis, também dizendo que Aleixo Garcia não existiu.

O terceiro negacionismo que eu identifiquei foi Dante Filho. Apresenta-se como jornalista do Mato Grosso do Sul e hoje é morador de Florianópolis, fazendo assédio virulento contra a celebração dos 500 anos de Aleixo Garcia e dos guaranis, com agressividade e uso de termos como picaretagem e invenção. Então, todos nós, aqui, como acreditamos que o Peabiru existiu e tal, de alguma forma estamos sendo enquadrados como picaretas e inventores.

Como se vê no mapa, o Peabiru ia do Atlântico ao Pacífico, passando pelos Andes, sendo chamado de Kandiré pelos guaranis. O Peabiru é o caminho do Deus sol, ou seja, de leste a oeste. É o caminho do Deus sol repetido na terra, um espelhismo indígena. Os indígenas viam dessa forma, tudo o que tem no céu, Nhanderú fez na terra também. Então, olhando para cima você vê o que tem embaixo. É o espelhismo indígena entre o que tem em cima e o que tem embaixo.

Segundo as minhas pesquisas, a largura do Caminho do Peabiru verdadeiro tinha oito palmos, o que dá cerca de 1,20 metros, dependendo do tamanho da mão, mais ou menos de 1,20 metros a 1,40 metros. Essa é a largura dele.

Outra coisa, ele tinha um talude. Nas duas bordas ele tinha um talude inclinado de aproximadamente 40 centímetros, que parecia um valetão na maior parte do percurso.

Forro de grama e curioso plantio. Sim, os guaranis e outros indígenas tinham uma técnica – eu falo mais dos guaranis porque eu conheço mais, mas os demais indígenas de outras tribos também – eles tinham um sistema de plantio num caminho enorme como esse, de 4 mil quilômetros. E como se fazia? Está escrito, tem declarações, tem documento sobre isso, eles faziam uma mistura de gramas, principalmente gramíneas que tinham sementes glutinosas que grudavam nos pés e nos tornozelos de quem caminhava. Vejam que coisa interessante, conforme eles iam praticando o Caminho do Peabiru, andando em cima dele, o replantio era feito automaticamente pelas sementes glutinosas que iam se espalhando. Era um jeito muito engenhoso de fazer o replantio, forrando o caminho de grãos. E não nascia nada, dentro do Peabiru essas gramíneas impediam o crescimento de ervas daninhas, de árvores e de outras coisas. Assim, o caminho estava sempre pronto para ser caminhado, sempre limpo. Esse é o curioso plantio.



Ausência de calçamento de pedra. Não houve no Caminho do Peabiru calçamento de pedra, não houve. O calçamento de pedra não era uma prática dos indígenas pelados, vamos dizer assim, dos guaranis, jês, etc., não era prática fazerem o forro de pedra. O forro de pedra existiu somente em outras áreas da América do Sul, mais próximas dos Andes, onde o material pedra era muito comum e era prática de povos de outras culturas, andinas principalmente, forrar com pedra, mas não dos nossos indígenas. Nesse era o forrinho de grama mesmo, bem fácil de caminhar.

A datação é uma grande dúvida, o Peabiru tem 4 mil quilômetros de dúvidas, muita coisa eu ainda não consegui descobrir, mesmo com trinta anos de pesquisas. A datação dele, como o Peabiru é anterior aos guaranis e os guaranis não mentem, eles dizem isso, toda vez que eu perguntava, eles diziam: não! O Peabiru, sim, foi nosso porque nós caminhamos por ele, nós fizemos nossa vida por ele, era caminho sagrado, mas quem construiu foram os antigos, muito antes de nós. E aí eu consultei arqueólogos e a previsão – uma das sugestões que eu recebi – é que esse Caminho do Peabiru provavelmente tem oito mil anos. Então, realmente povos muito antigos já faziam a caminhada. Os guaranis têm razão ao dizer: não, foram os povos antigos que fizeram. Então, essa é a datação.

E os construtores? Essa pergunta também eu fiz bastante: quem pode ter construído? Comecei pelos guaranis, perguntando para eles e eles disseram: sim, nós fizemos uma boa parte. É nosso, faz parte da nossa cultura, uma parte foi nossa. Mas não inteiro.

O outro construtor. Os povos jês, os itararés. Bem mais antigo que os guaranis, os itararés podem ter sido também construtores de parte do Caminho. São indígenas brasileiros que podem ter participado, sim.

Outra hipótese que eu encontrei: os povos andinos. Teriam sido eles os construtores? Eu fui atrás, eu morei no Peru e tenho uma biblioteca sobre os incas, porque eu já escrevi vários livros sobre eles, então fui atrás. Os incas não construíram o Peabiru, porque eles sequer conhecem a palavra Peabiru, não faz parte do quechua. Peabiru é uma palavra brasileira, indígena, tupi-guarani, os peruanos e os bolivianos não conhecem a palavra Peabiru, eles usam para os caminhos deles outros nomes. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então eles dizem que não, que não foram os incas que construíram, nem os povos andinos. Eles usaram uma parte do caminho guarani. Numa época eles usaram porque eles precisavam combater a entrada, a invasão de povos do Brasil nos Andes, então houve certo uso do Caminho do Peabiru pelos incas, mas sem construção, eles não construíram. Lá em Samaipata, na Bolívia, os incas tiveram contato com o Peabiru, porque nessa região de Samaipata havia, digamos, uma emenda entre o Peabiru brasileiro e o Peabiru andino, e eles deram uma arrumadinha para poder caminhar, para poder passar com suas tropas e tal. Mas não foram eles, nunca encontrei essa informação e eles não assumem o Peabiru como coisa incaica ou andina. Eu dei uma pesquisada em toda a literatura clássica incaica e pré-incaica para ver e não houve essa coisa da construção inca do Peabiru.

E estou esquecendo do outro construtor, que é um construtor mitológico lendário, que também os índios falam dele: Sumé. Acabei de escrever um livro sobre isto, pesquisa desde 2015. O Sumé é uma figura sobrenatural, que chegou caminhando em cima da água, foi visto pelos guaranis aqui do Maciambú, e foi dito pelos guaranis a um navegante português, que escreveu sobre isso na Europa, sobre esse ser sobrenatural que foi visto andando em cima das águas e os guaranis deram a ele o nome de Sumé, em Tupi Guarani. O Sumé andou também por São Paulo, mas aqui em Santa Catarina é o registro mais antigo que se tem sobre a presença desse ser sobrenatural e tão poderoso, que só o fato dele caminhar, o caminho ia se abrindo na sua frente. Esse é o construtor lendário do Caminho do Peabiru, o Sumé, uma figura muito importante para a cultura indígena brasileira.



Então, não foi aberto pelos incas. Os incas não têm presença em Santa Catarina, conforme o lphan atestou em laudo, cuja parte do parecer foi lida aqui pela Ágatha. Assim como a questão inca é propaganda enganosa, é o informe de que a personagem lendária indígena Sumé, cristianizada como São Tomé ou Santo Tomás, tenha passado no Quiriri, em Joinville, e no Monte Crista, em Garuva. A etnologia fala do caminho de Sumé, da sua passagem no Peabiru verdadeiro, porque ele foi o construtor do Peabiru verdadeiro. E o que seria isso? Seria o percurso do rio Itapocu, que é o Peabiru verdadeiro, e os Municípios banhados por esse rio. Eu pesquisei Sumé desde 2015 e lancei um livro recentemente sobre esse personagem.

Sobre o trajeto do Peabiru em Santa Catarina, o especialista é Fábio Krawulsky Nunes, que não pode estar presente porque está com dengue, mas gravou um vídeo para nós, que veremos depois.

Eu analisei a lei da rota turística do Caminho do Peabiru no Estado de Santa Catarina, tema desta audiência pública. Objetivamos sua correção em bases científicas, da Lei 18.635, aprovada pela Alesc em 2022 e sancionada pelo Governador Jorginho Mello, em 7 de fevereiro de 2023. Eu verifiquei vários erros, por exemplo, os Municípios de Campo Alegre, Joinville, e Garuva não são peabiruanos, não possuem nenhuma evidência probatória. Vários outros Municípios citados na lei também não são peabiruanos, como Itapoá, São Francisco do Sul e diversos outros do nosso litoral, porém, eles podem até ser tidos como aceitáveis, até dentro da lei, pois eles fazem parte de um ramal peabiruano praiano, pouco conhecido, mas esse, sim, detentor de provas históricas e antropológicas, cartográficas, inclusive, sobre a sua existência.

Os esforços para validar Joinville e Garuva como lugares peabiruanos podem ser até positivos, inclusive já falei isso anos atrás ao Ricardo, que está aqui ao lado, à Rosângela, e também ao Vereador Deckmann. Mas, neste caso de uma lei contendo erros, não basta só o esforço, é preciso documentação histórica comprobatória. Há poucos dias, em abril, um novo esforço foi feito, quando foi publicado um artigo acadêmico de cinco pessoas da universidade Unifacvest, de Lages. O título do artigo foi: “Turismo e construções sustentáveis de apoio aos caminhos do Peabiru em Santa Catarina.” Eu li e identifiquei pelo menos quatro erros graves nesse artigo.

Vamos lá, erro um escrito no artigo: “Caminho do Peabiru é o antigo caminho construído pelos incas e comunidades indígenas, que liga o Peru ao Brasil, chegando aos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.” Bom, se isso é verdade, nós estamos tendo uma bomba mundial inédita, não tem em lugar nenhum escrito que os incas construíram um Caminho de 4 mil quilômetros, saindo do Peru e vindo para Santa Catarina, isso não existe. Eu fui pesquisar e procurar a verdade, pois eu estudo os incas, e não existe isso. E se fosse verdade, seria coisa para USP, para UFSC, para Harvard, para Unesco. Imagina dizer que os incas, além do seu sistema, criaram um caminho até Santa Catarina? Não tem isso, não há.

Erro dois: “O apogeu dos incas foi entre os anos 1400 e 1536.” Em 1536 os incas não existiam mais, eles foram dominados e praticamente destruídos em 1532, 1533. Então, está errado esse dado de 1536, pois eles não existiam mais.

Erro três: “Os Caminhos do Peabiru são os antigos caminhos ligando o litoral ao interior do continente, começando no Peru (*risos*) e indo até Santa Catarina, com ramificações indo ao Paraná e São Paulo.” O Peru é no litoral lá do Pacífico, não aqui, e indo ao interior. Então, novamente aparece essa tese, que seria ineditismo mundial, de que haveria um caminho do Pacífico até Santa Catarina. Os incas não tinham tal caminho e nem usaram o nome de Peabiru, que é um nome brasileiro indígena Tupi Guarani. Eles não sabem, se você falar com um peruano ou com um boliviano, eles não sabem o que é Peabiru, não foram eles, não existiu esse caminho.

Erro quatro, o erro maior entre todos, é que não há, nesse artigo, nenhuma fonte histórica de nenhuma dessas afirmações. Eu li as referências bibliográficas do artigo e não há fontes históricas.



Então, onde estão os autores clássicos sobre o tema, como Garcilaso de la Vega, Felipe Guamán Poma de Ayala, Juan de Santa Cruz Pachacuti Yamqui Salcamaygua, Cadejo de Balboa, Pedro Cieza de León? E o maior trabalho sobre os caminhos incas que foi publicado até hoje, o primeiro, e que talvez continue sendo o melhor, foi publicado por um estadunidense chamado Victor Wolfgang von Hagen, que era casado com uma brasileira chamada Sylvia von Hagen? Na década de 1950, ele veio para cá e mapeou todos os caminhos incas e escreveu um relatório, que depois virou um livro chamado “Caminho do Sol”, que não está citado nesse artigo. Então, esses são trabalhos clássicos e não estão com erro.

Há erro também na bibliografia. No erro três, que fala dessa história do caminho ser do litoral ao interior, que seria do Pacífico ao interior, tem uma bibliografia apontada, que é Brasil UN, que é Nações Unidas, 2022. Eu fui olhar onde estava escrito que o Caminho do Peabiru foi construído do Pacífico ao Atlântico e sabem o que era esse Nações Unidas do Brasil? Era um texto sobre a Conferência do Clima, não havia nada sobre incas e nem sobre o Peabiru. Então, isso não se faz, não é professora Eliziane, representante da Associação Nacional dos Historiadores, é muito grave, muito sério você fazer um conteúdo e indicar uma bibliografia que não tem nada a ver com o tema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Rosane, por trazer esses quase trinta anos de pesquisa, para valorizar aqui a nossa audiência pública.

Com a palavra a senhora Roseli Siewert, gestora Cultural do Instituto Catarina Brasilis, neste ato representando a senhora diretora da Associação dos Municípios do Vale do Itapocu (Amvali), Juliana Pereira Horongoso Demarchi.

A SRA. ROSELI SIEWERT – Boa noite a todos aqui da mesa, especialmente ao Deputado Marquito, a minha amiga Dirlei, à Rosana, aos demais aqui presentes, a vocês do público e a quem está assistindo de casa.

Como o Deputado Marquito falou, a Amvali é a Associação dos Municípios do Vale do Itapocu e eu estou aqui representando o GT, o grupo de trabalho. A Rosana já explicou bastante a parte histórica, então eu vou atualizar um pouco mais sobre o que nós estamos trabalhando.

(*Passa a ler.*)

“Em 2018, o pesquisador autodidata, Fábio Krawulsky Nunes, de Jaraguá do Sul, trouxe para o colegiado de cultura da Amvali o tema do Caminho do Peabiru, a fim de estimular o colegiado a realizar um encontro, onde fosse possível falar e apresentar as informações sobre o assunto, e demonstrar as fontes primárias sobre a historiografia do ramal do Caminho do Peabiru que passou pelo rio Itapocu, região que abrange os Municípios da Amvali, que são: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder. Então, na tarde do dia 28 de setembro de 2018, o colégio de cultura da Amvali realizou o 1º Encontro de Esclarecimento Histórico e Arqueológico, no auditório do Centro Cultural Hansa Humboldt, no Município de Corupá. No dia seguinte foi realizada uma saída a campo, percorrendo alguns pontos dos Municípios de Barra Velha, Araquari, São João do Itaperiú, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul, visitando sítios arqueológicos, geográficos e históricos relacionados direta e indiretamente com o Caminho do Peabiru. No primeiro dia da palestra tivemos 54 participantes e no segundo dia, que foi a saída a campo, tivemos 26 pessoas.

Em 2022, o colegiado de turismo retomou os trabalhos sobre o assunto, criando um GT, o grupo de trabalho do Peabiru, que envolve os colegiados de cultura e de turismo. No mesmo ano, o pesquisador Fábio Krawulsky Nunes doou para a Amvali 61 páginas de pesquisas sobre o Peabiru na região do rio Itapocu, e a Amvali fez o registro desse documento em cartório.

Em 2023, houve a publicação da Lei 18.635, de 7 de fevereiro de 2023, que institui a Rota Turística do Caminho do Peabiru no Estado de Santa Catarina, a qual cita



os Municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Florianópolis, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Palhoça, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, sendo que alguns desses Municípios nem possuem informações a respeito do assunto, já sobre outros Municípios, como Corupá, Guaramirim e São João do Itaperiú, se tem comprovação, através da historiografia e de fontes primárias, conforme as pesquisas de Fábio Krawulsky, mas não constam na lei acima citada. Por esse motivo, no dia 3 de maio do ano passado, os integrantes dos colegiados de turismo e cultura, a jornalista e escritora Rosana Bond, o pesquisador Fábio Krawulsky Nunes e outros apoiadores estiveram em reunião com o Deputado Marquito, a Deputada Luciane Carminatti e seus respectivos assessores na Alesc, para reivindicar que os Municípios da região da Amvali que não constam na referida lei sejam inseridos, além da solicitação de revisão, devido a informações equivocadas constantes na mesma, segundo a jornalista e escritora Rosana Bond e o pesquisador Fábio Krawulsky Nunes.

Segundo a escritora Rosana Bond *‘Onde se encontra toda a documentação original dos séculos 16 e 17 (fontes primárias) que comprova através da historiografia a entrada do Caminho do Peabiru pelo Rio Itapocu? A maior parte das fontes primárias conhecidas (cartas, informações, crônicas, relações, etc.) estão guardadas no Arquivo Geral de Índias, em Sevilha, na Espanha, e Arquivo Nacional de Assunção, no Paraguai. Também se encontra grande parte destas fontes primárias em transcrições na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, na Argentina. OBS: o livro Naufrágios e Comentários de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, publicado em 1555, não consta apenas nesta lista de fontes primárias, mas também se trata de uma referência bibliográfica’.*

Ainda no ano passado, no mês de setembro, foi realizado o 2º Encontro de Esclarecimento Histórico e Arqueológico do Caminho do Peabiru - 500 anos da Passagem de Aleixo Garcia no Vale do rio Itapocu, realizado em 15 de setembro, com um dia inteiro de palestras com diversos autores entendidos no assunto, como a escritora Rosana Bond e o escritor e jornalista Eduardo Bueno, o Peninha, entre outros. E no dia seguinte tivemos mais uma saída a campo, novamente percorrendo pontos dos Municípios de Barra Velha, Araquari, São João do Itaperiú, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá e São Bento do Sul. Nesse dia de palestras tivemos a participação de 90 pessoas, e no dia da saída a campo 34 pessoas. Vale ressaltar que nesses dois eventos tivemos a participação de pessoas da região dos nossos Municípios, e de Curitiba e Florianópolis.

Além dessas informações, o pesquisador Fábio Krawulsky já sugeriu que a Amvali e seus colegiados viabilizassem um projeto para o marco zero do Peabiru no Vale do Rio Itapocu, no Município de Barra Velha, um museu do Peabiru, além de totens informativos e placas de sinalização pelo percurso. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Vera Regina Zacca*]

O GT está organizando o 3º Encontro do Caminho do Peabiru, a ser realizado nos 31 de outubro, com saída de campo, e 1º de novembro com palestras e apresentações culturais, no Seminário Sagrado Coração de Jesus, em Corupá. Fica desde já o convite.

Além disso, estamos fomentando o produto turístico para não perdermos a história e para despertarmos o interesse na comunidade turística empreendedora. Então, hoje já temos os caminhantes que fazem parte do trajeto ou ele todo, temos um guia que faz a remada ou a canoagem no rio Itapocu falando sobre o Caminho do Peabiru, o cicloturismo e também o voo livre com o paramotor.

Contamos com a parceria, neste GT, do Instituto Catarina Brasilis, que está com um projeto na Lei Rouanet com o livro do Caminho do Peabiru no Vale do Itapocu, que vai entregar uma tiragem de dezoito mil exemplares, inserindo os sete Municípios da Amvali e entregando isso para os nossos estudantes. O Gilmar Moretti, que está aqui presente, tem um escritório de cinema e está organizando e elaborando um documentário sobre o Caminho do Peabiru.”



Muito brigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Roseli.

Com a palavra a coordenadora do Projeto de Integração Turística Caminhos do Peabiru, da região norte de Santa Catarina, Rosangela Martins Carrara.

A SRA. ROSANGELA MARTINS CARRARA – Obrigada, Deputado Marquito.

Saúdo a mesa e os demais presentes.

(*Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.*)

Esse Projeto de Integração Turística Caminhos do Peabiru nasceu em 2021, com uma discussão que nós trouxemos para apontar as potencialidades turísticas, para a transformação em atrativo turístico, dos campos do Quiriri, Monte Crista, em Garuva/SC, com o intuito de criar roteiros turísticos e valorizar a cultura, com o patrimônio de um suposto caminho utilizado pelos incas no Brasil e que, em sintonia com o espaço natural, possa ser preservado e utilizado como atrativo aos visitantes. Ainda, propor melhorias no acesso e a preservação desse patrimônio por meio do turismo.

E saudamos também os 500 anos do Aleixo Garcia. A Rosana Bond trouxe uma boa historiografia sobre ele, sobre o Caminho, acho isso importante e vai contribuir muito para as nossas pesquisas.

Na verdade esse projeto está ligado a Unifacvest, que foi citada pela pesquisadora Rosana, pela Univille, e ele agrega pesquisadores que realizam estudos de mestrado e doutorado nos diferentes percursos possíveis que envolvem o Caminho de Peabiru, seu tronco principal e seus ramais em Santa Catarina. Também um diálogo internacional se estabeleceu com a Unifacvest e com a rede Trilhas Brasil no recorte proposto nesse projeto.

Começamos em 2021, com o professor Valdir Corrêa e sua dissertação de mestrado, que tem sido um apoio para nós nessa caminhada, com o Brasil Primitivo, com o André, que está aqui conosco, e formamos os grupos de trabalho, fizemos reunião com o Senac, com a extinta Santur, com o Sebrae, com a Secretaria de Turismo de Joinville, com o Museu do Sambaqui, a Amunes, com o Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, com a Pastoral Indígena, com a Instância de Governança Caminho dos Príncipes, com a Univille, com a Secretaria de Turismo de Barra Velha, com o Reitor da Univille, com o Conselho Municipal de Turismo de Joinville, com o Prefeito de Araquari, com o Deputado Estadual Fernando Krelling, com o Deputado Estadual Sargento Lima e com o Colegiado da Amunesc.

Estivemos aqui, nesta Casa, apresentando na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, à época com o Deputado Mauro de Nadal, fizemos reunião com o BRDE e com o Deputado Federal Rodrigo Coelho, que nos levou a uma audiência pública da Comissão de Turismo no Congresso Nacional.

Também tivemos uma reunião agora, no final de 2022, com o Anderson, da produtora Ocotea, no Projetos Caminhos do Mar, com a Letícia Haak, com o historiador Isaque de Borba Correa e outros. Fizemos a oficina de sinalização da Rede Trilhas, no trecho do Hotel Fazenda Monte Crista, em Garuva. Fizemos reunião com a jornalista Rosana Bond, como ela mesma citou, e para buscar fomentar e ampliar os nossos fundamentos, participamos de uma disciplina na Universidade Federal de Santa Catarina, de Arqueologia do Movimento, como crédito de doutorado de pós-doc, fizemos uma oficina de planejamento e encerramos nesse final de semana o 2º Simpósio Catarinense de Trilhas de Longa Distância na Univille, com a integração, em princípio, do Paraná e de Santa Catarina e depois juntar-nos a São Paulo. Haja braços, não é?

(*Passa a ler.*)

“Uma das hipóteses mais aceitas pelos historiadores, e que temos trabalhado, sobre a construção de Peabiru, supõe que o caminho tenha sido uma tentativa de expansão do império inca ou de alguma civilização pré-incaica, em direção ao oceano



Atlântico. Nós encontramos essa afirmativa na dissertação de mestrado de Valdir Corrêa, *Um Caminho do Peabiru: Um Resgate Cultural para o Turismo*.

A outra hipótese aponta na direção da nação guarani ou dos povos antecessores, como os Itararés, na construção do Peabiru, entre os anos 1000 e 1300. Essas tribos, originárias do território onde hoje fica o Paraguai, teriam construído o Peabiru durante sua migração para o litoral sul do Brasil, em busca de um paraíso, a lendária 'Yvy Marã Ey' Terra Sem Mal.

A terceira história encontrada, registrada por desbravadores, entre eles Cabeza de Vaca, Olavo Quandt, aponta para um tronco de Santa Catarina, com ramais para a Cananéia, São Vicente, São Paulo e Florianópolis, passando pelo litoral catarinense até o rio Itapocu, em Barra Velha, subindo por Jaraguá do Sul e Corupá e passando pelo interior do Paraná, por Foz do Iguaçu, Paraguai, Bolívia e Peru".

Eu trouxe uma farta fundamentação teórica que nós temos utilizado, mas vou passar batido porque já foi falado bastante sobre essas questões, entretanto, acho importante trazer que o Tratado de Tordesilhas criou uma disputa entre dois reinos no Brasil: Portugal e Espanha. E essa disputa fez com que os acordos, os termos acerca da jurisdição das terras descobertas e a descobrir, fizessem com que as duas coroas peninsulares recorressem ao Papa Alexandre VI, que serviu de árbitro e marcou a linha divisória que deveria ser respeitada pelos dois reinos, como consta na Bula Inter Coetera, de 4 de maio de 1493. Dom João II não aceitou os termos da Bula, o que leva a supor que ele já tinha elementos para saber que ela não lhe era favorável, tanto que a linha divisória que resultou do acordo com os reis católicos, que renunciariam a linha traçada pelo Papa, se ajustou perfeitamente a inclusão do espaço do Brasil na parte portuguesa. O tratado de Tordesilhas foi ratificado por Bula do Papa Julio II, em 24 de janeiro de 1506. E esse tratado fez com que muitos relatos e registros históricos que nós encontramos não abram totalmente a divisão histórica, então nem sempre os informes eram verdadeiros e por isso encontramos muitas contradições nas questões históricas.

E o que nós buscamos como fundamentos, como bases científicas que apóiam o projeto pelas áreas do patrimônio histórico e cultural: O Arquivo General de Índias (Sevilha, Espanha) e O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, Portugal), os outros eu não vou citar, e o campo de pesquisa, que são os três eixos que nós trouxemos para poder discutir aqui a Rota Turística Caminhos do Peabiru, eu vou passar para o Ricardo, que fez o relato do campo de pesquisa nesses três anos que estamos trabalhando em cima.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, Rosângela.

Com a palavra o doutorando em Patrimônio Cultural e Sociedade, Ricardo Tiburtius Logullo.

O SR. RICARDO TIBURTIUS LOGULLO – Boa noite a todos.

Eu sou engenheiro civil e atualmente estou fazendo doutorado em Patrimônio Cultural e Sociedade, as minhas orientadoras são duas arqueólogas, que eu acho as melhores do Brasil, que são a Dione da Rocha Bandeira e a Cláudia Inês Parellada.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

A minha pesquisa acadêmica está na fase inicial e vou apresentar alguns dados para vocês. A minha pergunta é: será que o Caminho do Peabiru passava na trilha do Monte Crista, Caminho Três Barras e Caminho dos Ambrósios?

E de onde vem essa vontade por Arqueologia? Além de eu ser apaixonado por ela, eu venho de uma família muito forte na Arqueologia. O meu bisavô, Guilherme Tiburtius, resgatou mais de quinze mil artefatos arqueológicos indígenas e a partir daí foi criado o Museu Arqueológico do Sambaqui, para abrigar a coleção dele. O meu avô, Ewaldo Tiburtius, também achou mais de duzentos artefatos na região da fazenda Cerro Azul/PR. Então, fui criado na Arqueologia, desde cedo eu convivo muito com isso.



Agora vou mostrar sete trabalhos que apontam o Monte Crista como um provável ramal do Caminho Indígena Peabiru.

O Luiz Galdino, no livro *Peabiru: os Incas no Brasil*, descreve que de Cusco partiam variados caminhos que tocavam o Atlântico em pontos diversos, com São Vicente, Cananéia e São Francisco do Sul. Ele mostra um lugar importante na montanha de Monte Crista, que é a Pedra do Vigia, aqui (*aponta para a imagem*) e ele diz: “Baliza dominando a mata atlântica, em Santa Catarina, o vigia recorda o hieratismo, o sagrado dos modelos tianaquenhos”.

Segundo Olavo Raul Quandt, no livro *O Caminho Velho e o Adelantado*, o Caminho do Monte Crista seria um ramal do Caminho Indígena Peabiru, que ligaria a capital inca, Cusco, até a região da antiga Cananéia, atualmente litoral de São Paulo. A peculiar técnica de construção da escadaria de pedra faz lembrar as antigas obras de engenharia que se encontram na região andina, feita como a dos incas.

Isaque de Borba Corrêa diz que em Garuva o caminho de Peabiru ainda permanece, os construtores do caminho utilizaram a topografia bastante acidentada da Serra do Quiriri e, por isso, a pavimentação teve que ser feita por pedras, num estilo muito próximo àquele que vemos em Machu Pichu.

Já Roberto Lourenço, no livro *1516: 500 anos da chegada dos espanhóis a Santa Catarina* – recomendo muito esse livro, foi através dele que fiquei conhecendo o Caminho de Peabiru –, mostra uma imagem de um trecho do Peabiru em Garuva/SC. Um trecho da escadaria.

Nos trabalhos acadêmicos de dissertação de mestrado de Valdir Corrêa, *Caminho do Peabiru: Um resgate cultural para o futuro*, ele analisa as potencialidades turísticas para transformação em atrativo turístico histórico e cultural de um trecho identificado como escadaria do Monte Crista, localizado no Município de Garuva-SC, que indica a possibilidade de ali ser um traçado de um ramal do Caminho De Peabiru.

Outra dissertação de mestrado, de Romão Kath, da Univille, sobre *Patrimônio Cultural e Sociedade*, orienta para a transformação de toda a área do Monte Crista em uma unidade de conservação, promovendo a proteção da fauna e da flora da escadaria de pedra, por tratar-se de um sítio arqueológico histórico. Ele mostra uma inscrição rupestre ao lado trilha, no alto do Monte Crista. Coloquei a foto da inscrição rupestre ao lado. (*Aponta para a imagem projetada.*)

E a última referência, e talvez a mais importante, é da professora de mestrado, doutorado e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Museu Paranaense, Claudia Inês Parellada. Ela afirma: “Importante destacar que parte de muitas rodovias asfaltadas e de trechos de caminhos históricos mais recentes, com o uso de pavimentos de pedra, como o do Itupava e o dos Ambrósios (Monte Crista), estão diretamente relacionados a caminhos indígenas como o Peabiru”.

Também é importante analisar os mapas históricos. Existem centenas de mapas. Aqui eu coloquei (*aponta para a imagem*) a seta amarela indicando o caminho Três Barras e a seta vermelha o rio Itapocu. Podemos ver que no São Francisco há trilha desde sempre e no rio Itapocu não vemos trilhas.

No mapa de 1807, em São Francisco do Sul, se olhar de cima, essa linha dupla indica os caminhos coloniais. No rio Itapocu não vemos trilhas. Ao interpretar os mapas históricos, todos mostram a mesma informação.

O mapa de 1848 mostra São Francisco do Sul, Trilha Três Barras, Monte Crista e Itapocu sem nenhum caminho (*aponta para a imagem*), lembrando que os caminhos coloniais utilizaram os caminhos indígenas.

Por último, o mapa de 1873, já mostrando a Serra Dona Francisca, estrada Três Barras, com a seta amarela (*aponta para a imagem*), e o Itapocu não demonstrando nenhuma trilha.

Indo para o final da minha fala, não podemos esquecer a região da Baía da Babitonga e de Guaratuba/PR, são mais de 360 sítios arqueológicos nessa região.



Para o Caminho do Peabiru eu recomendo que seja feita uma análise multidisciplinar, primeiramente porque as trilhas ligavam tudo a todos os lugares. Acredito que não havia lugares aonde os indígenas não iam, eles tinham trilhas para buscar matéria prima, trilhas para caça e pesca e trilhas para ir a outras aldeias. Existia um emaranhado de trilhas. Além de ter esse viés de multidisciplinaridade, da História, da Arqueologia, da Engenharia, nós também precisamos ter o pensamento colonial, temos que ouvir as comunidades indígenas, pois elas fazem parte dessa história. Então, a minha recomendação é que esse estudo tenha diálogo com as comunidades indígenas.

Para finalizar, a história contada pelo colonizador, pelo invasor nunca é a verdadeira história, então é importante tomar cuidado para não apagar uma história que pode existir acreditando no que foi escrito pelo europeu, pelo conquistador, que desde sempre tentou acabar com a história indígena. Vocês aqui são a prova disso, não é (*dirige-se a alguns participantes na plateia*)? Temos que tomar muito cuidado para que essa história não se repita com o Peabiru também.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Agora temos o depoimento em vídeo do professor Fábio Krawulski Nunes.

(*Procede-se à projeção de vídeo contendo depoimento do professor Fábio Krawulski Nunes, pesquisador da historiografia do Caminho do Peabiru catarinense, no Vale do Rio Itapocu, que teceu considerações sobre o Caminho do Peabiru e sobre os vícios existentes na Lei 18.635/2023, que instituiu a Rota Turística do Caminho do Peabiru em Santa Catarina.*) [Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Marivânia Pizzi]

Bem, gente, as nossas falas acabaram. Vamos passar dois vídeos e depois vamos às falas dos inscitos. O primeiro vídeo é um *teaser* de Aleixo Garcia, que é um documentário realizado pela Carol. Logo após, um depoimento em vídeo de Paulo Markun.

(*Procede-se à projeção de um teaser sobre Aleixo Garcia, produzido por Carolina Borges. Palmas.*)

Eu já o assisti em um cine debate comunitário, lá no extremo sul da Ilha. Acho que vale a pena também em algum momento uma exibição para as regiões também que estão aqui, as Prefeituras, as associações dos Municípios, fica aqui o convite, está aqui a produtora, a Carol, vale a pena também informar e fazer essa exibição. Agradeço pela produção.

Vamos, agora, ouvir o depoimento em vídeo do jornalista Paulo Markun.

(*Procede-se à projeção de vídeo contendo depoimento do jornalista Paulo Markun a respeito do tema discutido na audiência pública.*)

Bom, estão colocadas aqui as diferentes posições.

Antes de fazer o encerramento e os encaminhamentos da audiência, eu vou colocar um pouco dessa questão aqui na Assembleia Legislativa. Ela não é uma questão exclusiva sobre as convergências e divergências históricas antropológicas de engenharia do Caminho de Peabiru, ela faz parte de uma questão sobre o processo legislativo que determina regiões, que determina nomenclaturas para rotas, que determina de alguma forma patrimonializando algo, usando algo sem esse amplo debate.

A outra questão é que estamos discutindo amplamente sobre o processo de patrimonialização. Eu quero dizer que isso aqui que estamos fazendo é de uma raridade enorme dentro da Assembleia Legislativa, o aprofundamento sobre essa discussão, algo que deveria ser recorrente, na minha concepção, mas que estamos tomando esse devido cuidado, atenção e aprofundamento por conta do compromisso legislativo.

Eu quero começar aqui essa fala e depois, no final, eu aprofundo um pouco mais com vocês essa questão e agora passo para os nossos participantes que se inscreveram.



Como a palavra o senhor Antarki José, da nação inca, do Peru.

O SR. ANTARKI JOSÉ – Boa noite.

Eu me atrevi a vir aqui para falar porque foi citado muitas vezes o nome da minha nação, quechua, no Peru, a conhecida cultura Inca. Também tem uma questão que eu quero começar com a frase: “*caminante, no hay camino se hace camino al andar*”. Começo com essa frase e coloco a minha touca só para explicar um pouquinho para vocês do que se trata tudo isso. São palas feitas por um dos meus tios-avôs, que representa um pouco a nação do Maras, na Província de Urubamba, no vale geral dos Incas, em Cusco, no Peru, do lado de Machu Picchu. Eu nasci lá, então eu cresci dentro da cultura quechua, andina amazônica, então tenho propriedade para falar sobre a minha história.

Essa touca vem do Lago Titicaca, esse colar é amazônico e essa pulseira de miçanga é um trabalho Guarani (*aponta para seus acessórios*), eu não vou contar as outras coisas que tenho também, porque mostra muito daquilo que eu quero falar para vocês, a importância de entender que esses caminhos só se fazem quando se juntam outros caminhos, o caminho só existe assim. A minha mensagem é: se nós vamos começar a entender esse processo de caminhos, se é dentro de um âmbito de política, de turismo, também tem que entender a questão que significa o caminho. Então vamos nos juntar, tem muitos debates, tem muitas ideias, e eu poderia ficar horas aqui debatendo com cada uma das pessoas que estão aqui sem problema nenhum. Eu sou da paz, mas quando se trata de certas coisas, eu fico meio irado.

No ano de 2000, eu fui mandado por vários avôs e avózinhas da cultura andina amazônica a percorrer todos os caminhos da América. Então eu sou um pesquisador de caminhos verdadeiramente, não li livros, ninguém me contou, eu caminhei. Eu tomei banho no Rio Pilcomayo muitas vezes, andei por Potosí, andei pelo Lago Titicaca, ainda cheguei a Florianópolis, onde tive a oportunidade de poder conviver com o povo Guarani. Meus parentes não me deixam mentir, convivem comigo e eu aprendi, porque eu sou um real pesquisador do que se trata esse caminho. [*Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva*]

Para não parar aí e entender um pouco da cosmovisão, da cosmologia e da cosmogonia ocidental, fui pesquisar os Caminhos de Santiago de Compostela. Então, passei um tempo pesquisando esses caminhos, não consegui explorar os outros caminhos, como o de Constantinopla, porque chegou o Covid. Além disso, eu também não tinha muito *money*, pois eu pegava minha mochila e seguia caminhando.

Eu fiz o Caminho de Peabiru cinco vezes, seja caminhando, de carro, de trem, de ônibus e voando. Por que eu falo isso? Porque esse caminho realmente representa a conexão da profecia dos povos originários deste continente. Nós não estamos falando apenas de um caminho bonito, se foi feito por incas, por guaranis ou outros, mas também de um caminho que reflete o nosso próprio caminhar. Quando eu fiz esse caminho minha vida se transformou, eu poderia ser uma pessoa, um nativo sem saber do que se trata a minha cultura, mas graças a esse caminho entendi o significado da minha cultura. E na minha cultura, mal se fala do povo inca, se fala que o povo inca era um império e que nós somos uma Confederação das Nações de onde o sol nasce nas quatro direções. Por quê? Porque esse povo andino, esse povo inca... Inca é um termo usado para falar como se fosse um lama, mas na verdade éramos um povo do Tawantinsuyu Marka, uma nação, onde a nossa prioridade era viver em harmonia na economia, na política, na religião e na sociedade, através de conversação. E o que a gente precisava? Caminhos. Nos caminhos nós não compartilhamos apenas a cultura, não compartilhamos apenas sonhos, mas compartilhamos um pouco dos nossos tecidos (*mostra sua vestimenta*). Tudo isso que tenho aqui tem uma história e um significado que ainda está vivo.

Eu cheguei a Florianópolis em 2005 e, desde então, venho pesquisando cada lugar do meu jeito. Tive a sorte de fazer vários cerimoniais nesses lugares de que vocês falam e que moro perto agora. Eu ainda não sei o porquê o grande espírito, Nhanderú, o



Viracocha, me mandou aqui para Florianópolis (*ri*) e Itajaí, pois nasci lá no Cusco, em Machu Picchu, que é um lugar poderoso da Terra. Mas fui mandado para cá com uma missão, e quando vejo vocês aqui eu fico muito feliz.

E, só para terminar, convido as pessoas que estão aqui para que venham conversar comigo. Normalmente, eu não gosto muito, mas acho que o que tenho para oferecer para vocês é muito interessante, tanto como pesquisas arqueológicas e etnográficas, quanto como saberes. E também a história nem todo mundo consegue contar; alguns nascem para contar a história, e isso é muito importante. Nem todas as pessoas têm a palavra para ouvir e escutar, e isso é muito importante.

Então, meu nome é Antarki, sou da nação quechua, andino amazônico, mais conhecida hoje como Peru e estou aqui graças a esse caminho do Peabiru, ou Ilka Nhan, Inti Ñan ou Capac Ñan, que pode não terminar aqui, mas quem sabe dá a volta até à Nova Zelândia. (*Risos.*)

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado.

Com a palavra a senhora Eliziane Gava, coordenadora do GT História e Economia da Seção Estadual de Santa Catarina da Associação Nacional de História (Anpuh).

A SRA. ELIZIANE GAVA – Boa noite aos presentes e aos que nos assistem também.

Eu sou doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do GT de História e Economia da Sessão Estadual de Santa Catarina, a Anpuh, e estou aqui representando essa entidade, a Associação Nacional de História, dos historiadores, e também o GT de Patrimônio Cultural da Anpuh.

Peço licença a vocês para fazer a leitura da nota que a Anpuh publicou, em 11 de janeiro de 2024. Essa nota ela está disponível no *site* da Associação Nacional de História em sua sessão em Santa Catarina.

(*Passa a ler.*)

“O GT Patrimônio Cultural da ANPUH-SC e a Diretoria da Associação manifestam preocupação com os ataques sofridos pela jornalista e pesquisadora Rosana Bond.

Como pesquisadora, Rosana publicou mais de 20 livros que discutem a história indígena e a história da América Latina. Sua atuação é reconhecida não apenas no meio acadêmico, visto que pesquisa sobre o tema há mais de 30 anos. Aqui, destacamos os livros ‘A civilização Inca’(1993), ‘A saga de Aleixo Garcia, o descobridor do império Inca’ (1998) e ‘O caminho de Peabiru’ (1996), este último resultado de 14 anos de pesquisa.

O GT não questiona a eventual importância da Lei Ordinária nº 18.635, de Santa Catarina, de 7 de fevereiro de 2023, que institui a Rota Turística do Caminho de Peabiru no estado, composta pelos municípios de ‘Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Campo Alegre, Florianópolis, Garuva, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Laguna, Palhoça, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, podendo vir a ser integrada por outros Municípios Catarinenses’. No entanto, apoia a ressalva feita por vários pesquisadores quanto à inclusão dos municípios de Joinville e Garuva no Caminho de Peabiru devido à falta de comprovação de sua ligação com a região nas principais pesquisas acadêmicas publicadas nas últimas décadas ou nas investigações realizadas mais recentemente.

Entendemos a importância da preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas, o fomento aos pontos turísticos e aos ‘programas, projetos e ações turísticas voltadas aos segmentos do turismo cultural, rural, histórico, holístico, religioso e científico’ (SANTA CATARINA, 2023). Mas, com base na documentação encontrada nos arquivos, o perigo de referendar dados históricos incorretos não pode ser justificado pelo fomento ao turismo. Por outro lado, a falta de referência à participação dos povos



indígenas de Santa Catarina e o foco no setor privado podem fomentar ainda mais as políticas de exclusão e dificuldade de acesso à demarcação das terras indígenas.

Por fim, a história, o patrimônio cultural e os territórios indígenas precisam compor as políticas de fomento ao turismo. Assim, também reforçamos a importância fundamental da participação de pesquisadores e a validação dos dados em fontes documentais e pesquisas reconhecidas. Preocupa-nos o falseamento da história com fins econômicos, desvirtuando o sentido do passado e da memória na compreensão e na construção do presente. E, mais ainda, o uso de força política para censura e intimidação da nossa profissão, regulamentada pela Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020.” (*Cópia fiel.*)

Agradeço a todos pela oportunidade e pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra o André Rockenbach, da Brasil Primitivo.

O SR. ANDRÉ ROCKENBACH – Boa noite.

Eu queria trazer uma reflexão para todos. Estão debatendo muito aqui sobre verdades e inverdades e a história não é uma verdade absoluta. Há cem anos, os principais cientistas do Planeta tinham como certeza a existência de uma galáxia, e após apenas um século já está comprovado que existem dois trilhões de galáxias. Então, trazer um mapa, trazer um livro, na minha humilde opinião, não comprova uma certeza absoluta.

A história do Brasil não aconteceu do ano de 1500 para cá. Na minha humilde opinião, eu não sei por que se dá tanto holofotes aos portugueses e espanhóis, sendo que a história do Brasil vem antes do ano de 1500, com nossos indígenas, nossos povos andinos e o povo do Planeta inteiro. A nossa história e o nosso caminho é ancestral e espiritual. E aqui estamos debatendo alterações de lei, tira cidade, põe cidade, eu tenho certeza, eu não tenho certeza. Cara, em minha opinião deveríamos estar debatendo quando o Caminho do Peabiru será incluído na rede pública de ensino. Não sei se vocês concordam. Quando será colocado na rede de ensino? Isso aqui não é de uma cidade ou de outra, é um patrimônio da humanidade imaterial que é uma história do Estado de Santa Catarina, junto com outros Estados e outros países. É a maior rota comercial das Américas, com a trilogia andina, serpente, puma, condor e isso não se debate! A história é antes do ano de 1500, não vem depois, com espanhóis e portugueses. Nem mesmo sabemos se eles escreveram aqueles documentos. Quem é que prova que aquilo é verdade? Isso aqui é espiritual, isso aqui é muito maior do que se fala.

Eu, nos últimos três anos, fui seis ou sete vezes ao Peru, voltei há dez dias. Eu trilho o caminho sagrados. Estou fazendo um seriado sobre caminhos ancestrais e sagrados. Eu vejo muita gente falar em história e nunca subiu uma montanha ou trilhou um caminho sagrado e enquanto não trilhar nunca vai entender na alma o que é um caminho sagrado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra Regina Helena Santiago, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Santa Catarina.

A SRA. REGINA HELENA SANTIAGO – Boa noite a todas e a todos.

Só vim reforçar alguns pontos da fala da Ágatha e aproveitar também a oportunidade para fazer uma fala importante sobre a Arqueologia.

É importante lembrar que os diferentes campos científicos avançam e se transformam ao longo do tempo. Nós temos, especialmente ao falar das competências do Iphan, incluindo a arqueologia entre elas, o cadastro e o reconhecimento dos sítios arqueológicos, até o momento nenhum dos sítios arqueológicos conhecidos, cadastrados e registrados no Estado de Santa Catarina ou em outros, tem uma relação com o Caminho do Peabiru, conforme mencionado pela Ágatha. Quer dizer que o Caminho do Peabiru não existe? Não. Quer dizer que não possam haver essas relações



detectadas e comprovadas no futuro? Também não. Mas é muito importante que se tenha responsabilidade ao construir as narrativas, ao construir as defesas, ao construir as falas com relação ao turismo, as rotas turísticas, etc., para que nós não nos utilizemos de elementos científicos, de campos científicos, para valorizar. O que foi colocado aqui pela cacica é que se existe o valor, se ele é presente e se é dos grupos indígenas, não há necessidade de colocar elementos que não estão comprovados.

Aproveito para fazer um parêntese e reforço que a arqueologia trabalha com os vestígios materiais, ela não trabalha com ilações sobre elementos materiais. Então, às vezes isso é um pouco difícil e até mesmo contra intuitivo para algumas pessoas. Não é necessariamente fácil e não é algo estanque no tempo; de fato, é algo que pode vir a ser novamente comprovado se algum pesquisador...

Sempre pedimos que, para questão de gestão e atuação de políticas públicas, é necessário que sítios arqueológicos que venham a ser conhecidos, ou informações adicionais sobre sítios arqueológicos já conhecidos, sejam apresentados ao Iphan por arqueólogos reconhecidos, conforme a Lei de Arqueologia, ou por informantes. Então, nossos arqueólogos podem fazer essa investigação. É muito importante que detenhamos essas informações e que os cadastros reflitam essas informações, porque é assim que temos condições de fazer políticas públicas de arqueologia, utilizar a Lei de Arqueologia e também a Lei de Licenciamento Ambiental, que considera os sítios arqueológicos nesses licenciamentos. Por isso, elementos alegadamente arqueológicos, em relação aos locais, e falando em geral, para além do Caminho do Peabiru, sejam sempre encaminhados para que possamos buscar essas informações, verificar, cruzar e atualizar os cadastros.

Nesse sentido, fica essa reflexão, esse registro e essa atualização importante, porque nós sabemos que muitas vezes a arqueologia aparece no meio das falas e até o momento, de fato, dentre os sítios, inclusive os relacionados pelas falas ao Caminho do Peabiru, não há nenhum registro dessas relações do ponto de vista material. Então, para todos os efeitos até que se avance em escavações ou em pesquisas arqueológicas que demonstrem essa relação, nós não temos sítios conhecidos que se relacionam ao Caminho do Peabiru. Eu aproveito para reforçar de uma forma a parte, porque não é especificamente da nossa competência, mas eu mencionava isso inclusive na fala que eu fiz a imprensa antes de iniciar nossa audiência: eu acho que essa ausência, até o momento, dos elementos materiais que façam essas relações, é um convite muito importante para considerarmos os elementos da tradição oral e os informantes e os detentores dessa tradição oral que são os povos originários deste Estado e deste país.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Com a palavra a Érika Fernandez Pinto, da representação Iniciativa Sítios Naturais Sagrados do Brasil e servidora do ICMBio.

A SRA. ÉRIKA FERNANDEZ PINTO – Boa noite.

Eu sou servidora pública e também pesquisadora. Em 2017, terminei uma tese de doutorado sobre Sítios Naturais Sagrados. E o primeiro trabalho no Brasil sobre esse tema, de caráter mais amplo, foi uma tese premiada pela Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Natureza e Sociedade, principalmente por dar um tratamento acadêmico a um tema que não era considerado científico.

Quando vim morar em Santa Catarina, o que não faz muito tempo, o primeiro lugar que quis conhecer, nos meus finais de semana, foi o Monte Crista, porque nos meus estudos mostra que há mais de 1.400 sítios naturais sagrados registrados aqui no Brasil. O Monte Crista é sem dúvida a montanha sagrada mais importante aqui da região Sul, e junto com o Cantagalo e o Castelo dos Bugres forma uma região energética reconhecida inclusive em tratados de tradições de outros países.

Dentro do estudo dos sítios sagrados, nós buscamos o olhar para a diversidade de valores que são associados aquele lugar. Então, eu gosto de usar alguns exemplos,



eu tenho um blog, no qual conto a história de alguns sítios sagrados e não me preocupo se é uma verdade científica ou não, mas sim, se é ou não é um fato social, por exemplo: o Estado de São Paulo fez uma lei declarando o Curupira como protetor das florestas do Estado, e ninguém provou que o Curupira existe, mas ele é o protetor das florestas no Estado de São Paulo por lei; o Monte Shasta, no Tibet, é reconhecido como a morada de Shiva, um sítio sagrado reconhecido internacionalmente e ninguém provou que Shiva mora lá; a Pedra da Gávea, conhecida por diversas tradições, a qual tem um monte de lendas, é a cabeça do imperador, é a esfinge fenícia, é o portal da terra oca, é o diabo a quatro. Tem um monte de histórias sobre a Pedra da Gávea, tem fenômenos ufológicos e tudo isso faz parte do imaginário que conforma aquele lugar.

Eu acho que é papel dos roteiros turísticos instigarem essa imaginação e beberem dessa riqueza de lendas, de mitos e de histórias que permeiam também o imaginário popular, além da questão das verdades científicas, essa diversidade de valores materiais e imateriais. [Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite]

Eu acho estranho considerar o Caminho do Peabiru como uma coisa estática, quando estamos falando de algo que, como foi dito aqui, tem entre quatro mil anos e oito mil anos. Então, quem vai saber tudo que já aconteceu em volta de toda essa rede de histórias de caminhos? Eu vejo várias pessoas aqui falando ou é isso ou é aquilo, e eu penso: não pode ser tudo isso ao mesmo tempo? E falo isso com todo respeito que eu tenho pelo Aleixo Garcia e pelo Cabeza de Vaca. O Cabeza de Vaca é meu personagem favorito da história, mas eles são uma pequeníssima parte da história desse Caminho, eles são um nada dentro desse horizonte temporal que envolve muito mais coisas. Acho que quando se fica tentando focar a discussão naquilo que tem veracidade científica ou não, primeiro me parece que tem uma série de equívocos sobre o que é a veracidade histórica, e algumas pessoas já colocaram aqui, que nada muda mais do que o nosso passado, do que as nossas verdades históricas.

Tem um monte de gente querendo estudar as várias teorias. Se eu quiser estudar se o Caminho foi feito por um alienígena, porque que isso não pode ser estudado? Que bom que o Caminho está despertando tanto interesse, isso deveria ser estimulado para que essas várias possibilidades fossem testadas. E há que se diferenciar o que é distorção de informação científica do que é considerar outros campos de conhecimento e outros valores, não só o arqueológico, ou aquilo que tem evidência da comprovação em textos históricos, mas esses outros campos de conhecimento, como o colega falou aqui anteriormente e explanou tão bem, que abrangem essa diversidade de tradições e de mitologias, e que sem isso o Caminho perde a sua essência.

Então, acho que todos que estão aqui estão imbuídos do mesmo propósito, que é valorizar essa história, essa cultura, valorizar essa riqueza, esse patrimônio que faz parte, que conecta ancestralidade, espiritualidade, que conecta regiões. Caminhos conectam, muros separam. Parece que tem muros aqui em volta do Caminho do Peabiru, quando ele deveria ser um canal de conexão.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado, Érika.

Com a palavra a produtora e documentarista Carolina Borges.

A SRA. CAROLINA BORGES – Obrigada, Marquito. Boa noite a todas, a todos e a “todes”.

Obrigada pela oportunidade de estar aqui falando sobre esse tema que é tão importante para nós catarinenses.

Sobre o Aleixo Garcia, eu acho importante nós compreendermos o porquê da importância do Aleixo Garcia, porque realmente ele é uma partezinha muito pequena dessa história, mas ele é como o responsável por inserir definitivamente o Caminho do Peabiru na crônica da conquista.



Hoje nós temos indígenas aqui nesta mesa, está aqui a Eliara, e nós não precisamos utilizar somente essas fontes, hoje nós temos muito mais fontes. Mas é importante nós usarmos essas personagens para descortinar o véu, e nós podemos ir além e entender ou estudar a riqueza do intercâmbio que havia entre terras baixas e terras altas, entre todos esses povos que já habitavam aqui na América do Sul. Então é realmente assim, com a história indígena hoje, com a arqueologia, enfim com tantas outras ciências nós podemos ir um pouco além.

Outra coisa que eu gostaria de comentar é sobre a importância desse Caminho se tornar patrimônio imaterial. Até estou olhando para o Emanuel, porque ele é da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a importância de nós defendermos isso. Eu também sou conselheira do Conselho Estadual de Cultura e defender isso no Conselho e defender isso na FCC, porque de fato hoje temos aqui um trecho do Caminho de Compostela em Santa Catarina, reconhecido. E a importância de termos o Caminho do Peabiru reconhecido como patrimônio imaterial para nós podermos mergulhar cada vez mais nesse Caminho, que é o nosso Caminho.

Eu queria deixar aqui um pedido, uma recomendação para a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que estimule, a partir disso e a partir do reconhecimento do Caminho, o Turismo de Base Comunitária. Mais importante do que pessoas virem e às vezes nós não estarmos preparados para receber turistas. O turismo tem um aspecto que também é muito negativo, temos que estimular o Turismo de Base Comunitária, para que as pessoas da região mesmo conheçam, para que as pessoas da região façam o trajeto, para que as pessoas da região possam conhecer o Caminho do Peabiru. Aí, sim, quando nós conhecemos, nós valorizamos, nós cuidamos e nós preservamos.

Quero falar que está passando um abaixo-assinado...

O Marquito falou antes e nós exibimos o curta-metragem sobre o Aleixo Garcia, muito inspirado também na literatura da Rosana, nós exibimos na comunidade Barra do Sul, lá próximo a Naufragados, e a comunidade demonstrou um interesse muito grande em ter um logradouro, em ter o nome de alguma praça, de alguma rua lá, para que justamente essa história não se perdesse.

O *teaser* que nós passamos tem base no curta que nós fizemos, que é: De Meimbipe a Chuquisaca. Eu já fiz também o Caminho do Peabiru duas vezes, então, o curta se chamava De Meimbipe a Chuquisaca, e agora nós estamos preparando uma versão maior, ouvindo mais pessoas, ouvindo mais estudiosos do Caminho do Peabiru, então estamos preparando uma versão telefilme, ambos com o Prêmio Catarinense de Cinema, da Fundação Catarinense de Cultura.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Eu queria pedir a atenção de todos e todas. Quero dizer que o debate é múltiplo, eu acho que ficou muito evidente nessa discussão aqui.

Quero dizer que essa audiência pública foi motivada quando a Amvali trouxe a proposta de incluir os Municípios e eu e a Deputada Luciane Carminatti, acatamos essa proposta, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura e a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e começou um debate. A Rosana Bond tem trazido essa discussão aqui na Comissão e todos e todas que falaram aqui, dentro das suas percepções, dos seus pontos de vista e dos seus elementos históricos de avaliação sobre o Peabiru, vêm fazendo essa concertação nesse processo.

Temos uma lei estadual, essa lei passou pelo plenário, que segue um rito legislativo comum que é o da criação de rotas, nós não temos na Casa um elemento criterioso, ou critérios, a serem conferidos para a criação de rotas turísticas, sejam gastronômicas, de caminhadas, quaisquer que sejam. Mas nós não temos aqui um roteiro ou um protocolo a ser cumprido para a apresentação desse tipo de matéria. Essa é uma questão que nos coloca nessa situação que estamos aqui, então, realmente essa lei é um ato político, ela não passou por critérios históricos, antropológicos, científicos,



ela não considerou esses aspectos. E ela trouxe para a Casa Legislativa um debate múltiplo, divergente, em grande parte dele e de percepções diferentes especialmente na perspectiva científica. Porque nós também não vamos negar os aspectos da ciência nesse processo. Então temos essa realidade.

Na Comissão a audiência pública foi um elemento para as escutas. Nós acolheremos o pedido da Associação dos Municípios para incluir os Municípios, porque sabemos que esse é o ponto mais pacificado. A Comissão e a Alesc não têm a pretensão de resolver esse debate e essa discussão. Estamos aqui abertos para ampliar a discussão, para enaltecer e ampliar a importância do Caminho do Peabiru. Nós estamos interessados em fazer essa discussão aqui e ela não se encerra aqui, ela não se esgota aqui, muito pelo contrário, tem múltiplas ações e múltiplas percepções para se trazer para essa discussão.

Queremos muito que o povo conheça o Peabiru, queremos muito que as crianças, que as escolas, que as pessoas, que as comunidades indígenas lá da região norte, que são tão massacradas muitas vezes naquela região, sejam ouvidas e entendidas nesse processo. Queremos que as comunidades indígenas, como a daqui do Morro dos Cavalos, que já vem fazendo o Turismo Base Comunitária na perspectiva do Caminho, também sejam ouvidas. Então precisamos ampliar essa discussão.

Então, como encaminhamento concreto nós acolheremos a proposta da Associação de Municípios da região para a inclusão dos Municípios do Vale do Itapocu. Nós, em conjunto com a Deputada Luciane Carminatti, vamos apresentar essa proposta, queremos ampliar a discussão e deixar a Casa aberta para essa discussão, e queremos dar publicidade à importância do Peabiru e a essas percepções e colocações que estão aqui colocadas. Esse é um ponto que eu queria deixar aqui como encaminhamento.

Nós não temos só essa dificuldade com a criação de rotas, nós também estamos com um problema, que agora está se tentando pacificar, que é sobre o processo de patrimonialização, especialmente para o patrimônio cultural imaterial, que precisa ser avaliado pelas múltiplas visões do que é patrimônio cultural e imaterial. E hoje é um processo legislativo, em que nós, Deputados e Deputadas, não temos condições de fazer um levantamento sobre o que é um patrimônio cultural imaterial na perspectiva antropológica, ou da história e da geografia, e assim por diante.

(O senhor André Rockenbach manifesta-se fora do microfone: “Tu consegues, tu consegues.”)

Não, mas hoje nós temos diretrizes colocadas pelo Iphan e por outros organismos que colocam critérios. Nós temos uma comissão na Fundação Catarinense de Cultura, com profissionais de múltiplas áreas, que fazem esse trabalho, e eles atestando a comprovação do patrimônio cultural imaterial, pode vir para a Casa Legislativa dar o aval do Legislativo. Eu não quero tirar o direito, o poder e a capacidade legislativa que nós temos enquanto Deputados, não é isso. Mas nós precisamos de alguns processos, assim como em muitas matérias que determinam questões econômicas e financeiras, nós precisamos ter o acompanhamento de um relatório de impacto financeiro para poder dar o nosso parecer na matéria. Mas nós não temos um relatório antropológico, científico, histórico sobre o Caminho do Peabiru, por exemplo.

Então, o que eu quero dizer é que estou dedicado a aprimorar essa legislação, e mais do que isso, dedicado a fazer esse debate múltiplo e amplo, o que é necessário.

Queria deixar aqui essas colocações, Rosana, e te agradecer pela presença, esse compromisso, e especialmente dizer que vamos encaminhar dessa maneira, nós queremos manter esse debate aceso. Eu acho que, querendo ou não, a questão da região de Naufragados, o naufrágio de Aleixo Garcia, toda essa história, é importante também para o povo se reconhecer e conhecer sua história e sua relação com as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, junto com a história como ela foi construída, mas principalmente nós não apagarmos a história. Acho que isso é



importante e esse tempo também é fundamental para esse debate sobre os quinhentos anos.

Então, nós encaminhamos assim, nós também acolheremos e ajudaremos na coleta de assinaturas para o logradouro da região.

Quero agradecer amplamente a compreensão de todos e todas. Nós vamos encerrar a transmissão, porque ela tem duração de duas horas, e eu vou abrir aqui as falas para as colocações e deixar livre para quem quiser se manifestar na mesa para encerrar.

Agradeço muito a equipe da Casa, que é sempre prestativa, a secretária Isabele, da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, que fez todo o trabalho, e ao Fernando Angeoletto que acompanha todo o trabalho ligado ao turismo desta da Comissão.

Com a palavra Fernando Stern Angeoletto.

O SR. FERNANDO STERN ANGEOLETTO – Boa noite pessoal.

Já fazendo uma fala de agradecimentos por nós termos conseguido realizar esse intento de uma discussão de alto nível, mesmo entre os divergentes. Há vinte anos eu ouvi uma coisa da Rosana Bond, que está aqui na mesa hoje, ela falou assim: o Caminho do Peabiru persegue as pessoas, nós vamos no decorrer da vida ainda tropeçar com ele algumas vezes.

Tem até uma história, que eu contei lá no Simpósio de Trilhas, em Joinville. O meu primeiro dia de trabalho aqui na Alesc, no dia 3 de maio, eu não sabia, mas é onde eu fui me deparar com uma Associação de Municípios da Amvali vindo aqui para falar do Caminho do Peabiru. E o que tem a ver comigo? Em 2005, eu percorri o Caminho do Peabiru de bicicleta, foi o meu trabalho de conclusão do curso em Jornalismo. Aquele ano, o Caminho do Peabiru e o Aleixo Garcia foram tema até do desfile da Escola de Samba Consulado, em Florianópolis, onde eu participei com a minha bicicleta toda carregada. E depois fui fazer um percurso de dois meses pesquisando e retratando o Caminho do Peabiru.

Em duas décadas muito deve ter sido pesquisado e discutido nos territórios a respeito do Caminho, mas eu considero que nesse período ele estava adormecido. E por quais motivos ele voltou a ser discutido recentemente? Eu acho que esse impulso de uma lei tramitando aqui na Assembleia Legislativa, talvez tenha despertado de novo os interesses que são múltiplos e variados, como nós vimos aqui. Mas eu gostaria de reforçar também que o Estado do Paraná passou por um processo de patrimonialização do Caminho, envolvendo mais de oitenta Municípios naquele Estado. Foi recente também.

Enquanto eu montava essa mesa, discutia com algumas pessoas que talvez fosse possível realmente transcender esse espaço apenas de legislar sobre onde é ou não é o Caminho, mas se buscar num processo de patrimonização que ele tenha também o seu devido registro, o seu lugar na história.

E por fim, nós, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente, no mandato do Marquito, quando vamos falar de turismo, por ser um espaço político, nós temos escolhas e disputas. Então, nós, escolhemos também na Comissão de Turismo e Meio Ambiente apoiar o Turismo de Base Comunitária, Carol. Nós estamos com um processo de formação de um coletivo de iniciativas no Estado de Santa Catarina. Então nos preocupa muito que o protagonismo do Caminho do Peabiru seja repassado pelos povos originários que foram de fato quem conviveu, historicamente, com ele ancestralmente. Por isso, nós ficamos muito felizes de que esse protagonismo Guarani tenha sido colocado aqui. Nós sabemos que o Turismo de Base Comunitária (TBC) muitas vezes tem, inicialmente, mais a ver com o patrimônio do que com o turismo, por isso a preocupação vem antes. Que as pessoas possam, enfim, ter mecanismos de proteção desses territórios e que não virem só uma mera atividade turística. Não que a atividade turística seja ruim, mas se ela for feita de forma não criteriosa pode desembocar em problemas, como nós vimos num turismo massivo. Mas acho que o Caminho do Peabiru ainda está longe de poder correr esse risco. Antes disso, nós



temos muita coisa para fazer, para que ele seja absorvido com toda a sua intensidade pelo campo da educação e da cultura, e que nós façamos essa discussão com qualidade e com a pertinência também dos povos originários.

Eu agradeço a todos, e fico muito feliz de termos conseguido realizar esse intento, mais uma vez frisando. E deixando nosso abraço e que nós continuemos essa oportunidade de discussão em todas as esferas que o Caminho merece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Com a palavra o senhor Luiz Pimenta, do Parque do Tabuleiro.

O SR. LUIZ PIMENTA – Boa noite.

Eu, ouvindo essa questão hoje e as conversas, tenho uma sugestão para fazer para o grupo, como uma reflexão, porque, apesar dos relatos de todas as publicações que nós vimos aqui, pensando nos Municípios que estão no norte e com o processo da rota turística, inclusive, temos terras indígenas que estão ali para fora da área de Itapocu. Primeiramente, o Peabiru está ligado à questão dos povos indígenas e isso é uma questão que tem que se levar em consideração, pensando na questão do turismo, e incluir o máximo da rede dos povos indígenas, incluir as terras indígenas e usar esse projeto para garantir os territórios, garantir os direitos dos povos indígenas. Eu acho que é isso que nós temos que levar em consideração. E para que esses projetos realmente venham para essa valorização e para essa proteção desses territórios, independente de estar diretamente dentro ou não de uma rota que foi investigada. Eu acho que isso é muito importante e por isso ao norte do território onde tem essa história, tem pelo menos duas terras indígenas, se eu não me engano, guarani, e que tem que estar inseridas nisso, nessa valorização e nessa proteção territorial. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

A outra questão é quando falamos de história, eu trabalho com isso, sou geógrafo de formação e estou fazendo *postdoc* na Oceanografia da UFSC, sobre mudanças climáticas na elevação do nível marinho. Fazendo um parêntese, quando falamos na história, eu gosto muito da Arqueologia, estuda a parte da geodiversidade, que inclui os aspectos arqueológicos, porque a Arqueologia conta parte da história geológica da Terra – porque os povos indígenas que viveram aqui pelo menos há uns oito mil anos – o nível do mar subiu e desceu várias vezes, houve várias alterações, a floresta avançou e recuou, e os caminhos, com certeza, se alteraram ao longo da história. Isso na história curta, só falando do Holoceno, então, é dinâmico também o processo.

Eu sei que o relato do Aleixo é um momento histórico de um período muito curto da história natural do Planeta. Os povos indígenas têm relatos de que, talvez, há mais de oito mil anos já viviam em nosso litoral. Eu acho que essa é a grande riqueza e o grande valor que podemos trabalhar nesse projeto Peabiru, que é a valorização desses sítios arqueológicos, dessas possíveis histórias e desses possíveis ramais que o caminho tem, como na Cordilheira dos Andes, onde temos um sistema de trilhas incas. Então, talvez possamos só tomar o cuidado, em função da ciência, de falar que o caminho é aqui, é ali, porque o turista quer ver o território, ele quer curtir a paisagem, e essa valorização dos povos e do patrimônio tem que estar nesse contexto, independentemente se a trilha está aqui ou acolá.

Eu acho que essa é a grande oportunidade para olharmos isso no Estado e valorizarmos os nossos sítios arqueológicos, reforçando a valorização dos povos que estão aqui hoje, nas comunidades tradicionais que estão aqui e esse patrimônio paisagístico que é fantástico: a Serra do Mar, as trilhas da Serra do Mar, as cachoeiras. Então, acho que é uma grande oportunidade de unir os Municípios nessa missão e nesse propósito. (*Palmas.*)

O SR. ANTARKI JOSÉ – (*Exposição emportunhol. Tradução nossa.*)

Bom, para começar, existem questões de Arqueologia e nós, peruanos, sabemos muito bem, temos muita coisa para ver sobre Arqueologia lá, é só levantarmos uma pedra que encontramos toda uma história. Mas a Arqueologia tem um problema:



querem calar a nossa voz, a voz daqueles que são originários e nativos. Para podermos ser guias de turismo somos obrigados a entrar na faculdade, onde você simplesmente repete tudo aquilo que a Academia quer colocar na tua cabeça e que não é a tua história, é uma história contada por alguém, e se você não faz isso, você não pode ser guia de turismo lá. Mas nós nos rebelamos e conseguimos. Então, nós temos essa luta e temos certa desconfiança da questão arqueológica, mas isso não significa que a desmereçamos, até porque a Arqueologia conta um pouco da nossa história, né?

Aconteceu uma coisa muito importante quando cheguei aqui no Brasil. Perguntaram-me: E você, quem é? Imaginem, um andino, índio e nativo peruano. Então, é uma coisa surreal, é o "pior" da sociedade, entendeu? Não tem nenhuma proteção, não existem políticas públicas. Quando eu cheguei aqui, o maltrato que recebemos foi enorme. Se os índios daqui são maltratados, imagina um índio imigrante. Então, eu, como bom nativo, andino, quechua, guerreiro, falei: Não, nós temos tudo o que queremos, porque somos filhos da Pachamama, e eu fui fazendo o meu caminho, depois vou falar um pouquinho desta história.

E aí um dia a Funai me perguntou: quem é você, por que aqui só atendemos os índios dessa localidade ou que sejam brasileiros? Eu falei: eu sou "guaraninca" (*ri*), que é uma junção, né? Porque esse caminho também tem essa importância.

Eu gosto muito das pessoas mais velhas, porque elas trazem um conhecimento, né? Mas às vezes escutamos falar muito que os incas foram todos exterminados e tudo mais. E aí ficamos: como assim?

Eu cheguei aqui com 15 anos, bem magrinho, e um amigo manezinho aqui da Ilha, manezinho mesmo, falou: gente, eu vou apresentar para vocês o resquício do inca. Eu conto essas coisas porque é importante valorizarmos os saberes que outros povos podem trazer. Nós estamos aqui, não dá mais para debater tanta coisa, temos que nos juntar. Esse é um caminho, algo que pode nos ajudar.

Então, eu queria agradecer ao Marquito por essa abertura, por essa capacidade de olhar amorosamente e com certo grau de habilidade para que cada um possa se expressar. É muito importante para nós que estamos fazendo esse caminho e que queremos revalorizar.

Eu vou trazer um pouquinho mais da minha experiência como parte das comunidades andinas, sabemos bem o que é o turismo. Se vocês querem falar de turismo, falem com um cusqueño nascido em Machu Picchu, Sacsayhuamán, Qorikancha, Salinas de Maras, Caral. Nós sabemos (*ri*), sabemos bem, e como se movimenta a questão política. Quando encontramos alguma trilha, algum templo, algum santuário, aquilo está ali, arqueologicamente e fisicamente, está posto ali, mas como seria para o resto das comunidades que são parte disso? Para elas foi criado o turismo rural ou vivencial, aonde as pessoas vão àquela trilha ou àquele templo, passam um pouquinho e depois elas vão para ficar com as famílias, num povoado pertinho. Como disse outro irmão, assim elas conseguem entender melhor aquilo. Então é uma forma também de utilizar esse caminho para gerar um pouco de economia, não só para as comunidades indígenas, mas também para nós.

Antes de terminar, queria falar uma palavra muito importante para a grande nação inca, quechua, aimara, andina amazônica: nós não nos reconhecemos como homem ou mulher. A tradução da nossa palavra significa o primeiro homem; os homens verdadeiros; os índios; os mais índios; o índio, índio do índio. Não, nós somos reconhecidos como runas. O que é runa? Significa ser humano, e isso é independente de raça, etnia, cor ou qualquer coisa e é disso que precisamos.

Esse Caminho do Peabiru está nos unindo a pessoas de tantas crenças e tantos pensamentos dentro deste Palácio Legislativo. Vejam só, nós estamos discutindo sobre esse caminho há vinte anos ou há trinta anos, estamos pesquisando, falando e avançamos muito, gente, avançamos demais. Só que agora precisamos nos unir e agir da melhor forma possível para fortalecer verdadeiramente este caminho, pois ele não é apenas uma simples rota que está aqui em Santa Catarina e Paraná, ele se estende até



Foz do Iguaçu, passando pelo Paraguai, pela Bolívia, por uma parte da Argentina indo até o Peru. É uma jornada incrível.

Quando eu fiz o Caminho de Santiago de Compostela, descobri a magnitude de transformação que esse caminho pode fazer. Ao tratarmos dele com políticas públicas, com historiadores e tudo mais, e nos unindo com as comunidades originárias, percebi que não devemos nos limitar a falar apenas dos guaranis nesse caminho, esse caminho vai muito além disso, pessoal. Se vocês realmente fizerem este caminho vão se surpreender em como o seu espírito e sua alma vão crescer. Isso é muito importante.

Então, o meu chamado é esse. Eu quero agradecer novamente a cada um de vocês, rezo para que consigamos ter um belo caminho e estou disposto a continuar apoiando este trabalho de pesquisadores, porque há muita coisa. Eu não vou debater mais, porque estou assim... *(Com gestos demonstra irritação.)*

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Mais alguém da mesa deseja se manifestar?

A SRA. DIRLEI BARBIERI ROFNER – Bom, ouvindo tudo o que eu ouvi aqui, o que eu posso dizer? Acho que vem ao encontro, um pouco também, dos meus ideais que é trabalhar com o ser humano, como você fala, e pensar em trabalhar a questão turística, humanitária, pensando na saúde, na educação, na cultura, tudo o que tem para juntar.

Nessa trilha, eu imagino quantas vidas foram salvas e quantas vidas poderemos salvar. No momento que vivemos hoje em um mundo com tantas transformações e com tantas coisas acontecendo, como na semana passada, perdi um amigo muito querido, em Treze Tílias, ele tinha 38 anos e era Presidente da Câmara de Vereadores de lá, mas infelizmente se suicidou. Ele era pai de família, tinha dois filhos pequenos e esposa, e esteve no Rio Grande trabalhando junto com mais quatro ou cinco colegas, duas horas depois que voltou ele se deu um tiro na cabeça. Na verdade, eu conto isso para vocês porque temos que olhar um pouquinho mais ao lado da gente. Às vezes convivemos com as pessoas, estamos com elas, mas esquecemos de tentar olhar para a alma da pessoa e ver o interior dela.

Esses caminhos da fé que vêm surgindo, esses caminhos que são espirituais, são exatamente para isso, para começarmos a nos desconectarmos um pouco desse mundo em que vivemos e trabalhar essa parte espiritual que foi esquecida e deixada de lado.

Eu só queria dizer que eu gostei muito de estar aqui, junto, discutindo. Obrigada, Marquito, pelo convite, obrigada, Fernando. Que realmente possamos fazer disso um produto turístico, mas com toda essa característica que tem o Caminho de Compostela, no qual sabemos que muitas vidas são salvas, são renovadas e o objetivo é esse que possamos transformá-lo em um produto e as coisas automaticamente vão acontecendo.

Então, quem sabe pensar em um simpósio voltado só para falar do Caminho do Peabiru e quem sabe trazer pessoas... Que seja um simpósio internacional, porque vamos ter que trazer por onde que passa todo esse trajeto, para que possamos difundir e divulgar ainda mais isso. E, aí, vem toda a parte que vamos trabalhar, por exemplo: o Turismo de Base Comunitária, porque vai passar em várias regiões.

Seria isso, muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Obrigado.

Mais alguém da mesa quer se manifestar?

O SR. EMANUEL DE SOUZA PEREIRA – Cansados, eu sei que está tarde, mas minha fala foi tão rápida que eu acabei não aproveitando, porque foi meio de surpresa e acabei não me preparando. Mas eu pesquisei até razoavelmente esse assunto e um fato que me despertou para toda essa polêmica e eu fui fazer uma pesquisa no Museu Histórico de São Francisco do Sul e lá tem miniaturas de barcos e de caravelas, porque estávamos planejando um grande evento e a funcionária me falou: eu fui aqui no Monte Crista, lá que é o Caminho do Peabiru. E as informações que eu tinha pesquisado eram



sobre o rio Itapocu, e lá mesmo, em São Francisco, pesquisando na biblioteca, achei o livro do Olavo Quandt, que defende essa tese. Ele apresenta vários argumentos, o negócio das *capitulaciones*, que são documentos posteriores aos comentários, no qual ele menciona a Baía de Itaboã, associou com a cidade de Itapuã e a Baía de Babitonga. Ele apresenta vários argumentos que eu não soube chegar a um veredito de quem tem razão ou não, mas eu acho que é um trabalho a ser feito pelos pesquisadores e posso colaborar nisso, mas precisa ser feito essa refutação. A Rosana Bond comentou comigo que eles já fizeram essa refutação, ela com o Fábio, mas eu não vi ainda isso sistematizado. Acho que é importante para desenvolver esse debate científico e confrontar o que está sendo dito em cada argumento para poder avançar.

Eu quero parabenizar você também, Marquito, pelo evento que inicia esse debate e a todas essas possibilidades em relação ao Peabiru, onde todos aqui contribuíram muito bem.

Então, para não me alongar mais, agradeço a todos os presentes, Marquito, Carol Borges e Rosana Bond, que já saiu. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – A Rosana pediu licença, ela estava com muita dor e pediu para ir para casa.

A SRA. ÉRICA FERNANDES – Então, eu tinha anotado muitas coisas para falar e lembrei-me de algumas que não falei.

Dentro do estudo dos sítios naturais sagrados do Brasil é impressionante a quantidade de lugares que alguém, de alguma forma, de algum jeito, menciona a conexão com Machu Picchu com os incas. Não só incas e Machu Picchu, mas também vikings, fenícios e egípcios. Eu não sou uma estudiosa desses assuntos com profundidade, mas eu acho que esses povos circulavam muito mais do que a nossa arqueologia ousa admitir. Então, essas hipóteses não podem ser simplesmente refutadas por não haver evidências arqueológicas.

Outra coisa que aprendi com a convivência com os povos indígenas é que o trajeto dos caminhos ancestrais não está na Terra, mas sim no céu. Eles estão nos astros e nas montanhas sagradas, que são os faróis. O colega me corrija, mas me parece meio elementar que um caminho sagrado é feito seguindo lugares sagrados, montanhas sagradas, por isso chamei à atenção para essas três montanhas, que até onde pude estudar são as mais significativas enquanto sítios naturais sagrados aqui no Estado de Santa Catarina e da região sul que é o Monte Crista, o Castelo dos Bugres e o Cantagalo e eles formam um triângulo energético que é como uma seta (*ri*) apontando para cima do planalto.

Então, os caminhos também estão relacionados com essa questão energética, as *ley lines* e essa leitura. Se algum dia quisermos desvendar o trajeto do Caminho do Peabiru tudo isso tem que ser levado em consideração.

A última coisa que vou falar é que eu estive fazendo um trabalho em Minas Gerais, na região de Grão Mogol, que era uma região de diamante do Distrito Diamantino, que ficou inexplorada durante um tempo, porque o acesso era mais difícil, com vários dias de cavalgada para chegar lá. Uma coisa que me chamou a atenção nos relatos da história desse local foi uma frase bem emblemática que estava escrita em um painel: mapas antigos, mentem. Porque essas são as áreas mais preciosas para os colonizadores. Uma pessoa que está sendo acusada de traição vai falar assim: oh, pega esse caminho aqui, vira à esquerda, vira à direita que você vai chegar ao lugar que mais tem ouro e prata da América do Sul. E eu vou contar para vocês, que estão me prendendo por traição (*ri*), onde é o lugar mais importante do planeta em termos de exploração de jazidas minerais. Então assim, há muito mais coisas para serem consideradas e investigadas nesse universo entre o céu e a terra, temos muito mais coisas do que ousamos sonhar.

Fechando, faço votos de que movimentos tão importantes como esses que estão sendo feitos realmente possam se conectar com essa essência que tantas pessoas falaram aqui: de buscar explorar as várias possibilidades do caminho, as várias teorias



e que bom que tem gente estudando isso, aquilo e aquilo outro. E que isso pare de ser um campo de disputa e possa ser um campo de apreciação dessa diversidade, com todo esse respeito que foi colocado aqui também pela questão dos povos originários. Se alguns desses mistérios podem ser esclarecidos é por eles, e não por nós. *(Palmas.)*

(O senhor André Rockenbach manifesta-se fora do microfone. “A maior riqueza desse caminho é a cura que pode trazer para o ser humano. Quem já trilhou o caminho ancestral sabe a cura e o benefício que ele pode trazer para o ser humano. E talvez os incas e os guaranis estejam se debatendo embaixo da terra vendo-nos discutir sobre o que é e sobre o que não é.”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Agora a última manifestação da mesa para encerrarmos.

A SRA. ROSANGELA MARTINS CARRARA – Eu só quero agradecer a você, Marquito, toda sua equipe, ao Fernando que esteve falando conosco, à nação indígena, que está aqui representada; e às demais pessoas. Eu acho que esse espaço que você abriu aqui cria uma nova fase ou um novo momento para se discutir essas rotas turísticas do Peabiru. Tenho certeza de que todos nós estamos levando muita indagação, muita inquietude, mais dúvidas do que já temos, porque realmente é uma questão muito complexa, mas agradeço esse espaço.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marquito) – Muito obrigado, pela presença e pela paciência. Ficará disponível a gravação desta audiência pública e o relatório final com o compromisso, acordado por esta mesa, da inclusão do pedido da Associação de Municípios. Muito obrigado e boa noite a todos. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria]

**DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO
PRESIDENTE**